



O papel das Cadeias Curtas de Comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: o caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES)

The role of short Commercialization chains in the constitution of a sustainable rural development model in the Brazilian semiarid region: the case of the Family Farming Commercialization Center in Rio Grande do Norte State (CECAFES)

Letícia de Souza AMARAL^{1*}, Carine de Jesus SANTOS¹, Cimone ROZENDO¹, Thales Augusto Medeiros PENHA¹, Joaquim Pinheiro de ARAÚJO²

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

² Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, RN, Brasil.

* E-mail de contato: leticia.amaral.01@gmail.com

Artigo recebido em 30 de maio de 2020, versão final aceita em 21 de setembro de 2020, publicado em 18 de dezembro de 2020.

RESUMO: Há aproximadamente duas décadas observa-se uma tendência mundial de valorização dos chamados circuitos curtos de comercialização. Estes são concebidos, por governos, organizações da sociedade civil e academia, como estratégias importantes na conformação de um sistema agroalimentar, alternativo, baseado em modelos produtivos mais sustentáveis e em formas mais justas de consumo. As análises contidas neste artigo procuraram compreender em que medida os circuitos curtos criados pela Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAFES), no Estado do Rio Grande do Norte - Brasil, têm potencial para colocar em curso um modelo de produção e consumo mais sustentável na região semiárida, conforme sugerido pela literatura. A partir da pesquisa de campo com 15 agricultores (representantes dos mais de três mil agricultores do semiárido), recuperou-se a trajetória de formação dessa cadeia, destacando o papel dos produtores, dos consumidores e dos atores externos a ela vinculados. Os resultados revelam o protagonismo dos agricultores e suas organizações na garantia de volume e diversidade de produtos, sobretudo os agroecológicos. A aproximação com os consumidores tem ensejado a busca por novas formas de certificação da produção orgânica, ampliando rendimentos e abrindo

outros canais de comercialização. Já do ponto de vista dos consumidores há uma percepção muito imprecisa sobre o papel que estes podem cumprir na sustentação dessas cadeias. A opção por esse tipo de mercado é orientada, em grande medida, por preocupações ligadas à sua própria saúde, pelos baixos preços ou comodidade na locomoção, revelando pouco compromisso social. Apesar da importância desses circuitos, a emergência de um sistema agroalimentar alternativo, fundamentado em novas formas de racionalidade socioeconômicas e ambientais, em especial por parte dos consumidores, podem ser comparadas a brotos ou sementes de uma transição desejada (Ploeg, 2008) que ainda terá um longo caminho a percorrer.

Palavras-chave: sistemas agroalimentares alternativos; circuitos curtos de comercialização; convenções de qualidade.

ABSTRACT: For around two decades, so-called short food supply chains have been gaining more acknowledgment worldwide. These market channels are conceived by governments, civil society organizations and academia as important strategies in shaping an alternative agri-food system, based on more sustainable production models and also faire about food consumption. The analyzes in this article sought to understand the impact of the short food supply chain created by the Family Farming Commercialization Center (CECAFES), in the state of Rio Grande do Norte - Brazil, have the potential to put a more sustainable model of production and consumption in the Brazilian semiarid region, as suggested by the literature. From the results of the field research conducted with 15 farmers (a sample of more than 3 thousand farmers in the semiarid region), the formation path of this chain was studied, highlighting the role of producers, consumers and external actors linked to it. The results reveal the role of farmers and their organizations in guaranteeing the volume and diversity of products, especially agroecological products. Getting a closer connection to consumers has led to the search for new forms of certification on organic production, expanding yields and opening up other marketing channels. From the consumers' point of view, there is a very narrow perception of the role that they can play in sustaining these chains. The option for this type of market is guided, mostly, by concerns related to their own health, low prices or easy access, revealing little social commitment. Despite the importance of these circuits, the emergence of an alternative agri-food system, based on new forms of socioeconomic and environmental rationality, especially on the part of consumers, can be compared to shoots or seeds of a desired transition (Ploeg, 2008) that still has a long way to go.

Keywords: alternative agri-food systems; short food supply chain; quality conventions.

1. Introdução

O fenômeno das secas na região Nordeste, estudado exaustivamente por diversos autores (Andrade, 1999; Maia Gomes, 2001; Nys *et al.*, 2016; Buriti & Barbosa, 2018), se insere em um novo panorama no século XXI. Isso se deve a dois processos: as mudanças climáticas e a reconfiguração do Sistema Agroalimentar Mundial, que colocam

novos desafios ao modelo produtivo em curso nas regiões semiáridas.

No Nordeste do Brasil, especificamente, a elevação das temperaturas, bem como os eventos extremos – caracterizados por longas estiagens, mudanças nos períodos chuvosos e enchentes –, tem efeitos bastante negativos sobre a produção e, conseqüentemente, para as condições de vida da população rural (Datsenko *et al.*, 1996; Sivakumar & Brunini, 2005; Maia *et al.*, 2018; Penha *et al.*,

2019). Segundo Andrade *et al.* (2014, p. 78), essas dificuldades são também identificadas pelo Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês), o qual prevê, para as regiões semiáridas, a perda da biodiversidade em geral, o agravamento do quadro de desertificação, a salinização das terras agrícolas, bem como a redução da disponibilidade de água, condições que gerarão grandes consequências para os sistemas produtivos. Em um trabalho que buscou analisar a capacidade da agricultura familiar em responder a tais mudanças, na região semiárida potiguar, Andrade *et al.* (2014) destacaram que em torno de 70% dos entrevistados revelaram que diminuíram e/ou abandonaram as áreas anteriormente destinadas à produção de bens alimentares. Essas decisões ampliam as condições de vulnerabilidade socioeconômica e de insegurança alimentar das famílias produtoras, uma vez que a aquisição de alimentos passa a depender, em grande medida, da disponibilidade de renda em uma região com poucas oportunidades de emprego.

Mas, se as mudanças climáticas pressionam o processo produtivo nas regiões semiáridas, este é igualmente afetado pelas dinâmicas do atual sistema agroalimentar globalizado, no qual a comercialização se faz por intermédio das cadeias longas, que requerem vultosos investimentos, vetando o acesso a grande parte da agricultura familiar, em especial a do semiárido, que, em razão de suas históricas condições socioeconômicas desfavoráveis (baixa escolaridade, infraestrutura insuficiente, acesso precário à água e à terra, etc.) tem pouca possibilidade de se inserir.

Apesar da hegemonia do sistema alimentar globalizado, os sucessivos escândalos alimentares – como a crise da vaca louca, a gripe aviária, os surtos de febre aftosa, a contaminação por trans-

gênicos (Renting *et al.*, 2017; Goodman, 2017) – e os custos ambientais do modelo produtivo que dão sustentação a este sistema têm gerado grandes questionamentos por parte da sociedade, resultando em uma crise de confiança. As preocupações recaem principalmente sobre a incapacidade de os mecanismos de regulação das grandes cadeias assegurarem de fato a qualidade dos alimentos, já que cada vez mais os espaços de produção e consumo estão desconectados.

Este cenário está abrindo espaços para a emergência e a consolidação de mercados que buscam reconectar produção e consumo, ancorados em valores como qualidade nutricional, sustentabilidade, valorização de aspectos sociais, culturais, simbólicos, territoriais, entre outros. Tais iniciativas, identificadas em diversos países (Renting *et al.*, 2017), não são, de modo algum, novas. Feiras, mercados locais de bens alimentares e venda direta ao consumidor sempre fizeram parte das dinâmicas dos lugares e foram a partir delas, inclusive, que muitas cidades se desenvolveram. A novidade está nos novos significados que sustentam sua formação e o papel que podem desempenhar face ao sistema alimentar hegemônico. Na literatura sobre o tema, um dos principais argumentos a favor dos Circuitos de Comercialização Alimentares Alternativos (CCAAs) é que a aproximação entre consumidores e produtores possui potencial para restabelecer as relações de confiança (Goodman, 2017), desgastadas no âmbito das cadeias longas, e dar suporte a formas produtivas mais sustentáveis (Delfosse, 2011) com vistas à construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural (Ploeg, 2008).

Neste contexto, os diferentes canais de comercialização são concebidos como estratégias de inserção para além do modelo convencional, como

mecanismo de manutenção de identidades locais por meio dos quais se pode restituir a qualidade e contribuir para a consolidação de modelos mais inclusivos e equitativos de distribuição e produção de bens alimentares (Chiffolleau & Prevost, 2012; Lamine, 2012; Renting *et al.*, 2017; Goodman, 2017; Rozendo, 2017; Grisa *et al.*, 2017; Rozendo, 2018). Renting *et al.* (2017) afirmam que estes circuitos constituem a base para a criação de um novo regime agroalimentar.

No semiárido, a organização desses canais ganhou propulsão a partir de dois cenários: as ações dos movimentos sociais, por meio da proposição de novo paradigma de desenvolvimento rural, o da “Convivência com o Semiárido¹”, e a ampliação do acesso às políticas públicas, após os anos 2000 (Rozendo, 2017; Grisa *et al.*, 2017). A partir de uma nova compreensão sobre o semiárido, foram propostas diversas estratégias produtivas, organizacionais e culturais orientadas por vínculos mais contextualizados entre sociedade/natureza, com ênfase no protagonismo da população local. Neste quadro de mudanças, organizar canais de comercialização mais incluídos torna-se tão importante quanto consolidar as formas de produção agroecológicas, já disseminadas na região semiárida pelos movimentos sociais do campo desde a década de 1980 (Rozendo, 2017; Grisa *et al.*, 2017). Havia um consenso entre as organizações da agricultura familiar que a retórica de organizar a produção seria inócua caso não se apresentassem também alternativas à comercialização, já que as poucas possibilidades

que havia estavam nas mãos dos atravessadores. O problema não era necessariamente produzir, mas como escoar essa produção de modo que pudesse estimular e fortalecer os processos produtivos em curso. Pensar tais estratégias em um contexto de tamanha vulnerabilidade social e ambiental representou um grande desafio às organizações da agricultura familiar.

Nos anos 2000, disseminaram-se associações e cooperativas na região semiárida do Rio Grande do Norte, motivadas tanto pelas organizações sociais e suas perspectivas de convivência com o semiárido quanto pelas expectativas em torno da reorientação das políticas estatais, com a ascensão de um governo menos refratário às questões do Nordeste. Na esteira desse processo, como resultado da reivindicação dos movimentos sociais da agricultura familiar, foi construída em 2007, pelo governo do estado, na capital potiguar, a CECAFES (Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Rio Grande do Norte), com o propósito de comercializar a produção oriunda das diversas organizações recentemente formadas.

Assim, com este trabalho buscou-se analisar em que medida este canal de comercialização criado pela CECAFES – concebido aqui como um circuito curto – tem contribuído para a conexão entre produtores e consumidores, com capacidade de engendrar práticas mais sustentáveis na região semiárida, com vistas a um novo paradigma de desenvolvimento rural, conforme proposto por Ploeg (2008). Este autor defende a ideia de que estamos

¹ Embora a expressão tenha sido cunhada na década de 1940 (Silva, 2006), tomou grande repercussão a partir dos anos 1990, por meio dos movimentos sociais organizados em torno da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Por intermédio de um documento intitulado “Declaração do Semiárido”, lançado durante o fórum paralelo da COP3 em Recife, a ASA denunciava as situações de fome e de pobreza na região, resultantes da privação do direito de acesso à terra e à água e dos equívocos dos projetos governamentais voltados ao semiárido, fatores responsáveis por reproduzir as desigualdades sociais e alimentar a indústria da seca (Diniz *et al.*, 2019).

passando do paradigma de desenvolvimento agrícola para o de desenvolvimento rural sustentável. Nesta perspectiva, o rural é visto como lócus de produção de novidades que envolve a agricultura, mas não se reduz a ela. Caporal & Costabeber (2004) definem desenvolvimento rural sustentável como uma estratégia que privilegia a agricultura familiar, a produção local, a biodiversidade, o saber e a organização autóctone, a conservação dos recursos naturais, o autoabastecimento alimentar, a viabilidade econômica da pequena propriedade e a multifuncionalidade da agricultura. A agroecologia estaria na base deste estilo de desenvolvimento. Nesse sentido, as diversas iniciativas em curso no semiárido representavam sementes e brotos desse novo paradigma apontado por Ploeg (2008) e Caporal & Costabeber (2004), sendo que as novas formas de comercialização são partes inseparáveis desse processo.

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na seção 2 são explicitados os procedimentos metodológicos da pesquisa, procurando destacar a importância do seu escopo. A terceira seção é dedicada à exposição da literatura sobre os circuitos curtos, destacando os conceitos, as categorias acionadas e os principais elementos mobilizados nas análises. A quarta seção trata do estudo de caso, com destaque para o processo de formação dos circuitos da CECAFES e o papel desempenhado por produtores e consumidores.

2. Procedimentos metodológicos

Este trabalho é um estudo de caso baseado em investigação de natureza exploratória, com utiliza-

ção de dados qualitativos e quantitativos obtidos por intermédio de revisão documental, bibliográfica e pesquisa de campo. A literatura acionada buscou demonstrar o debate atual a respeito dos circuitos curtos de comercialização, evidenciando suas definições, seus formatos e as principais questões teóricas e empíricas suscitadas pelos autores em suas análises sobre o tema abordado neste trabalho. Tais reflexões subsidiaram a pesquisa de campo, que procurou delinear a morfologia e a performance do circuito de comercialização criado pela CECAFES, situando o papel desempenhado tanto por produtores quanto pelos consumidores, bem como a incidência de outras formas de mediação que articulam e politizam as trocas (Vendruscolo *et al.*, 2018).

A fase de campo envolveu entrevistas orientadas por um roteiro com a coordenadora da CECAFES, o presidente do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e um representante da SEDRAF (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar). Além disso, por meio de formulário, foram entrevistados 15 agricultores familiares e/ou seus representantes, oriundos da região semiárida², no período entre 16/10/2019 e 30/11/2019, além de cem consumidores. Em relação aos produtores, foram entrevistados todos os que constituem a CECAFES e são do semiárido, correspondendo, assim, a todo universo. Desse grupo de 15, oito agricultores representam associações, cooperativas e outras redes de comercialização da agricultura familiar, o que equivale a aproximadamente a três mil agricultores. Ou seja, foram entrevistadas as pessoas responsáveis pela comercialização dos produtos, que em alguns

² Embora a CECAFES conte com 30 agricultores familiares, para esta pesquisa foram considerados apenas os que pertencem a região semiárida.

casos não são, necessariamente, os produtores, mas amigos, familiares ou pessoas contratadas. Quanto aos consumidores, foi adotada uma amostra classificada como não probabilística, escolhida por conveniência, tendo em vista que não se sabe quantos compradores circulam na Central. O instrumento de pesquisa foi composto de questões de múltipla escolha, escalonadas e binárias. As análises estatísticas foram feitas a partir do *software* Excel e a construção do mapa pelo programa ArcGIS. Esse é um sistema de informações geográficas para trabalhar com mapas e informações geográficas.

Em relação aos agricultores, foram enfatizados aspectos sobre: a adesão a práticas sustentáveis de produção, as principais estratégias de agregação de valor, a relevância que os agricultores familiares atribuem a sua inserção na CECAFES, as suas expectativas sobre saúde e o meio ambiente. Além disso, foram questionados sobre a influência do ingresso na Central no seu acesso a outros canais de comercialização. Como se trata de um grupo disperso e diverso, não foi possível traçar um perfil detalhado dos agricultores, mas caracterizá-los considerando aspectos preponderantes da agricultura familiar da região que representam, com dados de revisão bibliográfica e entrevista com a coordenadora geral da CECAFES.

No caso dos consumidores, buscou-se construir seu perfil tomando como referência a renda, a escolaridade, a raça e o gênero, conforme proposição de Goodman (2017). Além disso, o questionário teve como objetivo a compreensão das motivações

que levaram o consumidor a comprar na CECAFES, a importância atribuída à compra de produtos saudáveis, suas considerações a respeito do nível de saudabilidade dos produtos da Central em relação aos supermercados, os referenciais utilizados para dimensionar a confiança entre o produtor e o consumidor e, por fim, as concepções dos consumidores sobre sua capacidade de contribuir e influenciar para a construção de um modo de produção mais sustentável³.

3. Os Circuitos Curtos de Comercialização e as possíveis interfaces com a inserção da produção sustentável

A discussão sobre as potencialidades das cadeias curtas de bens alimentares (CCCs) ou das Redes Alternativas Alimentares (RAAs) nos processos de desenvolvimento tem recebido grande atenção por parte da academia, de governos e da sociedade civil. Isto se deve às reconfigurações no sistema agroalimentar, em que se consolidam transformações nas formas de consumo e de produção, em grande medida como consequências da maior preocupação do público com questões relacionadas à ecologia, à saúde e ao bem-estar animal, aspectos culturais, éticos e geográficos (Goodman, 2017; Morgan & Sonnino, 2008), impulsionadas, em parte, pela perda de confiança no moderno sistema alimentar que tem vivido sucessivas crises, conforme dito anteriormente. Em diversos países se dis-

³ De acordo com Ehlers (1994), a produção sustentável está associada à manutenção a longo prazo de recursos naturais, associada à minimização de impactos adversos ao ambiente, à otimização da produção com o mínimo de “*inputs* químicos” e, por fim, ao atendimento das necessidades sociais das famílias e comunidades rurais. Além disso, à produção sustentável se associam as mesmas ideias expressas na noção de desenvolvimento rural sustentável definida anteriormente.

seminam práticas de comercialização, ou de modo voluntário ou sustentadas por governos, alicerçadas na ideia do papel virtuoso que a proximidade pode desempenhar. Exemplo disso é a importância que as Redes Alimentares Alternativas (RAAs) têm assumido na Política Agrícola Comum (PAC) europeia, em especial em suas reformas, com incremento significativo em seus aportes orçamentários (Goodman, 2017). A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, em inglês) também faz referências explícitas às potencialidades de a agricultura familiar garantir o Direito Humano à Alimentação por meio dos circuitos curtos, contribuindo na construção de Sistemas Alimentares Sustentáveis (FAO, 2018)⁴.

Um boletim organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), FAO e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em 2014, reafirma a importância dos circuitos curtos como alternativa na promoção da agricultura familiar. Sistematizando iniciativas e a comercialização em diversos países latino-americanos, tentam identificar os êxitos e as lições apreendidas⁵.

São inúmeras as conceituações e caracterizações de CCCs, em diversas partes do mundo. O termo circuito curto teve origem na França, onde foi utilizado para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor (Chaffote & Chiffolleau, 2007). Para a CEPAL/FAO/IICA (2014, p. 3), a cadeia curta se define como “forma de comércio baseada na venda direta de produtos frescos

ou da estação, sem intermediários – ou reduzindo ao mínimo a intermediação – entre produtores e consumidores”.

Para Mamaot (2013), o circuito curto é um modo de comercialização que ocorre ou por meio de venda direta, do produtor para o consumidor, ou por venda indireta, com a condição de não haver mais de um intermediário, ao qual está associada uma proximidade geográfica e relacional entre produtores e consumidores.

Matte *et al.* (2014) destacam que o termo “curto” está associado às características do produto que chega ao consumidor, conservando suas informações e não a distância física que o alimento percorre. Renting *et al.* (2017) também fazem um alerta semelhante, evidenciando que “mesmo quando não há proximidade os produtos são carregados de valores sociais ou dos ‘efeitos de reputação’”, como sugeriu Shapiro (1983), citado por Renting *et al.* (2017, p. 35).

A reconexão ou (re)aproximação entre consumidores e produtores está entre os principais argumentos em defesa das cadeias curtas de comercialização de bens alimentares. Os elos perdidos entre produtores e consumidores no sistema alimentar convencional seriam restaurados pelos circuitos curtos com significativo potencial na construção de sistemas alimentares mais sustentáveis, tanto do ponto de vista produtivo quanto da comercialização. Ploeg (2008) confere a estas iniciativas um caráter de resistência face aos sistemas alimentares convencionais, capazes de reativar recursos ecológicos e sociais locais importantes. Esses constituiriam a

⁴ FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/portugal/noticias/detail/pt/c/1146384/>>. Acesso em: 10 maio 2020.

⁵ Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/37152-fomento-circuitos-cortos-como-alternativa-la-promocion-la-agricultura-familiar>>. Acesso em: 15 maio 2020.

base dos processos de reterritorialização e de aproveitamento das condições endógenas, fundamentais para um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável.

Essa resistência acontece em vários níveis e sob várias formas, construindo uma multiplicidade de respostas que reconstroem as pessoas, as atividades e os projetos. Elas permitem estabelecer ou manter novas ligações com o consumidor, dar visibilidade do produto, trazer uma identidade própria e aumentar a autonomia dos produtores, contribuindo assim com um processo de reterritorialização (Ploeg, 2008 *apud* Piraux & Cuenin, p. 109).

Para Renting *et al.* (2017), as RAAs são frequentemente associadas a nichos de mercado ou a potenciais reativos frente aos Sistemas Agroalimentares globais. No entanto, na concepção dos autores, devem ser compreendidas como estratégias com capacidade de criar mudanças verdadeiramente transformativas – devem ser concebidas como “lugares de possibilidade” (p. 56-57). Defendem, portanto, a ideia de que as CCAAs ou CCCs representam “um contramovimento normativo de desenvolvimento rural sustentável que busca impulsionar uma mudança paradigmática radical no pensamento e nas práticas relacionados à integração da agricultura e, mais especificamente, das atividades rurais” (p. 53).

Ferrari (2011) acredita que uma característica importante dos circuitos curtos é a habilidade de ressocialização ou reespecialização do alimento, garantindo ao consumidor o julgamento de valor. O autor considera que nos mercados de venda direta é possível obter melhores preços e que os produtores reconquistam o controle sobre o comércio de seus produtos, permitindo que os consumidores

participem da qualificação do que está sendo comercializado.

Para Ploeg (2008), a agricultura familiar tem um papel privilegiado nestes contextos, pois muitos dos atributos valorizados atualmente já fazem parte dessa forma social de produção. Wilkinson (2008) corrobora essa ideia mostrando que a artesanidade, o apelo ao local e as relações de reciprocidade são características próprias desse segmento e que podem ser mobilizadas a seu favor nesse processo de reconfiguração dos sistemas agroalimentares sob um viés mais sustentável. Seus produtos trazem, em grande medida, traços culturais locais e/ou étnicos e a produção de alimentos apresenta aspectos associados à qualidade de vida e à manutenção de processos produtivos (orgânicos, agroecológicos) e associativos. Morgan & Sonnino (2008) defendem que esses circuitos atendem as necessidades de realocação e reconexão da cadeia alimentar com vistas à sustentabilidade à medida que reduzem as *food miles* e desenvolvem economias mais integradas ao local.

Para Goodman (2017), os circuitos curtos de comercialização emergem como parte de uma economia alternativa que busca incorporar valores sociais e culturais coletivos. O ponto fundamental é que os CCCs costumam ser associados a experiências alternativas ao sistema agroalimentar convencional, pautadas em princípios éticos e morais, tais como: sustentabilidade ambiental da cadeia de abastecimento, processo de produção sustentável, justiça social e solidariedade.

Na concepção de Chiffolleau & Prevost (2012), os circuitos alargam o campo de possibilidades, pois envolvem outros objetivos, como o aumento da renda, por exemplo, que permite sustentar diferentes projetos locais e criar novas expectativas, a valorização turística e cultural no território. Para os

referidos autores, os circuitos podem modificar as práticas alimentares e animar as cidades, estimulando serviços associados, como feiras locais, mercados, ultrapassando a esfera agrícola e constituindo uma oportunidade de cooperação entre produtores e outros atores da economia local (p. 12). Além disso, consideram que estes dispositivos podem ser portadores de uma nova noção de qualidade não valorizada, necessariamente, pela certificação, como a preservação da diversidade biológica, por meio de variedades tradicionais e antigas.

Os circuitos curtos são concebidos por Chiffolleau & Prevost (2012) como um mecanismo de empoderamento, uma vez que expandem a liberdade de escolha e ação. Com isso, são estabelecidas relações menos assimétricas, que contribuem para emancipar agricultores de relações mercantis desiguais que envolvem a cadeia do sistema agroalimentar globalizado. Mas, o aumento dessa autonomia é “acompanhado também de novas responsabilidades que se traduzem por novos níveis de atividades e competências que modificam seu *metier* de produtor” (p. 14).

Estratégia para um novo paradigma de desenvolvimento sustentável (Ploeg, 2008), elemento de reconexão entre produtores e consumidores, aspecto propulsor de novos valores éticos compartilhados (Morgan & Sonnino, 2008; Goodman, 2017), mecanismo de promoção de alimentação saudável, de promoção de segurança alimentar, de inclusão produtiva de atores historicamente negligenciados nos processos de comercialização, como camponeses pobres em especial, jovens e mulheres (Grisa

et al., 2017; Rozendo, 2018), os circuitos curtos de comercialização destacam-se na literatura como uma promessa, um campo de possibilidades.

No entanto, autores como Goodman (2017) e Wilkinson (2008) apontam para os limites dessa “virtuosidade”, alertando para o fato de que valores como locais, artesanais, orgânicos estão suscetíveis à cooptação pelos sistemas alimentares convencionais, expulsando da cadeia aqueles agricultores que em muitos casos, inicialmente, foram a sua base de sustentação. As dificuldades de coordenação dos produtores familiares também são apontadas como fontes para a apropriação dos seus valores pelas cadeias convencionais de comercialização. Neste movimento de captura dos atributos ecológicos e sociais, desejáveis pelos consumidores, os *players* das cadeias longas de comercialização (supermercados, atacadistas, *traders*) se apropriam deste valor adicional que o consumidor estaria disposto a pagar. Assim, mantém-se o movimento de *squeeze*⁶ aos produtores na inserção em mercados convencionais (Goodman, 2017; Bastian & Waquil, 2020). Viegas *et al.* (2017) apontam em sua pesquisa que, entre os diversos formatos que compõem os circuitos curtos, os produtores de alimentos agroecológicos são os mais suscetíveis de “capturação”.

Embora, a literatura reafirme a importância dos canais curtos como alternativa aos produtores mais vulneráveis, também alerta para o fato de que estes mercados não estão alijados das condições globais de desenvolvimento (Goodman, 2017) e, portanto, estão sujeitos a uma diversidade de situações que podem fragilizá-los (concorrência,

⁶ O conceito de *squeeze* é definido por Ploeg (2008) como o achatamento da margem do produtor imposta pelos grandes *players* das cadeias, que impõem preços rígidos e baixos aos produtores devido à característica de um mercado oligopolista, que possui poucas redes de supermercados dominando as compras e produtores dispersos com pouco poder de barganha nestes canais.

dificuldade de manter oferta regular de produtos, acesso a crédito, alterações no sistema regulatório local, problemas de sucessão familiar, capturação pelas grandes cadeias). Além disso, a construção destes mercados não é algo simples, pois exige uma grande capacidade de coordenação entre os diversos produtores dentro das cadeias e com atores externos a ela, situação com a qual nem todos têm condição de lidar. Sob tais condições, o Estado pode desempenhar um papel de grande relevância no fomento a essas alternativas, concedendo crédito e criando mecanismos de regulação mais contextuais à diversidade de situações.

Mas não é apenas o Estado que assume um papel importante na construção de um novo regime agroalimentar. Na literatura sobre o tema, os consumidores são destacados como atores-chave no processo de reconexão. As transformações na percepção dos consumidores, em razão da crise de confiança e/ou de alteração dos padrões culturais de alimentação, têm ampliado a preocupação destes com a saudabilidade dos alimentos, ao que se tem chamado de “virada para a qualidade” (Goodman, 2017; Renting *et al.*, 2017), levando-os a buscar, nos circuitos curtos, essa garantia. Em razão disso, eles podem contribuir tanto na manutenção dos “canais alternativos” como ensejar mudanças para processos produtivos mais sustentáveis (Delfosse, 2011; Lamine, 2012), daí o caráter reflexivo que lhes é atribuído por Renting *et al.* (2017). Apesar desse reconhecimento, Renting *et al.* (2017), Goodman (2017) e Rozendo (2018) vão alertar também para o grau de compromisso dos consumidores nessas cadeias, questionando até que ponto se tratam de atores engajados num projeto político, ético e coletivo, de consumidores realmente reflexivos, capazes de dar suporte a projetos de desenvolvimento

rural sustentável. Estas análises buscam destacar o protagonismo ou a agência do consumidor nas cadeias curtas e nas possibilidades de criar um “novo” regime agroalimentar. Para Renting *et al.* (2017), o consumo de determinados tipos de alimentos constitui um elemento distintivo e “imagens e expectativas muito opostas podem estar sendo projetadas” sobre os produtos que carregam as marcas de “alternatividade”, sugerindo que os estudos sobre estes dispositivos devam considerar tais dimensões em suas abordagens. A questão colocada por Goodman (2017) é em que medida as benesses oriundas das cadeias curtas estão igualmente divididas ou estariam contribuindo para criar um tipo de consumidores de produtos “premium”.

São estas considerações teóricas que lançam luz sobre os elementos empíricos identificados neste estudo de caso. O próximo item contempla a experiência da CECAFES, que tem buscado criar este mecanismo de articulação entre produtores da agricultura familiar e os consumidores finais.

4. Antecedentes históricos da formação da CECAFES: a sinergia potencializadora entre políticas públicas e as experiências locais do semiárido

Conforme mencionado anteriormente, sob a orientação do paradigma de “convivência com o semiárido” e das oportunidades criadas pela implementação de um conjunto de políticas públicas, a partir do ano 2000, com vistas à garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN), disseminaram-se cooperativas, associações e feiras da agricultura familiar pelo Estado do Rio Grande do Norte. A estruturação dessas organizações se valeu de uma

série de experiências pontuais desenvolvidas nas regiões semiáridas potiguares, motivadas tanto pelo movimento sindical quanto por setores progressistas da Igreja Católica, pautadas nos referenciais da agroecologia, na defesa da agricultura familiar e na importância da produção para autoconsumo como estratégias de segurança alimentar para as famílias produtoras.

Nessa perspectiva, por exemplo, foram implantados diversos “quintais produtivos”, com o cultivo de espécies frutíferas locais e hortaliças. Esses quintais funcionavam como um instrumento pedagógico por meio do qual os/as agricultores(as) intercambiavam sementes, experiências de vida e produção. Uma das entrevistadas explicou: *“a troca de experiência compensava a falta de assistência técnica, a falta de crédito e outras precariedades. Como você acha que seria possível desenvolver tantas iniciativas de agroecologia em um sertão seco, com um povo com pouca terra e sem nenhum tostão? Isso só ocorreu por causa das trocas”*. Paralelamente a isso, foram implementadas 15 unidades familiares de beneficiamento de polpa de frutas e 189 casas de mel, com subsídios estatais. A produção dos quintais também se estendeu para outras áreas, o que permitiu, além de sustentar a família, dar início às primeiras feiras locais da agricultura familiar, nos municípios interioranos do semiárido e, posteriormente, abastecer as associações e cooperativas. O enraizamento (Nunes & Schneider, 2013) dessas experiências constituiu a base de um desenvolvimento endógeno, com repercussões importantes para os mercados formados posteriormente, em especial a CECAFES.

Pode-se destacar, a grosso modo, pelo menos seis aspectos que contribuíram fortemente para potencializar as experiências em curso no semiárido

e que foram de suma importância para a criação também da CECAFES: 1) a criação dos assentamentos de reforma agrária, que, ao garantir acesso à terra, multiplicou essas experiências; 2) a chegada da energia elétrica, que permitiu a instalação de pequenas unidades de beneficiamento; 3) a capacidade organizativa dos agricultores familiares, fortalecida pelos inúmeros fóruns de participação (conselhos de desenvolvimento rural, associações); 4) ampliação do acesso à água por meio de diversas tecnologias sociais; 5) a universalização da previdência rural, que foi, em muitos casos, a origem dos financiamentos para organizar a produção; e 6) a ampliação do acesso ao crédito (PRONAF, Crediamigo, etc.). Evidentemente, as situações não foram homogêneas em todo o estado potiguar, mas, de um modo geral, os aspectos descritos acima se reproduziram em grande parte com uma ou outra nuance. O encaideamento entre essas diferentes situações criou as condições objetivas para a formação da CECAFES.

Apesar de todos os esforços ligados à produção e às tentativas de integrar a comercialização, a maioria das novas organizações ainda estava muito dispersa pelo território, distante dos grandes centros consumidores (Natal e Fortaleza), possuía uma diversidade limitada de produtos e contava com pouca estrutura logística e infraestruturas insuficientes, o que representava grandes dificuldades para sua manutenção. As feiras locais e associações não davam conta de absorver toda a produção que havia sido reestruturada. Em razão dessas contingências, os movimentos sociais ligados à agricultura familiar no estado passaram a reivindicar a construção de uma central de comercialização que pudesse integrar essas diversas organizações e assegurar a venda da produção excedente. Assim, com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no ano

de 2007, na cidade de Natal, foram construídas as instalações da CECAFES (ao lado da CEASA/RN), que só começou a funcionar no ano de 2017, após inúmeras controvérsias com o governo estadual. A inauguração da Central acabou coincidindo com o último ano de seca na região semiárida. Mesmo assim, os problemas da estiagem tinham sido dirimidos, tanto pela possibilidade de renda oriunda da rede de proteção social quanto pelas inúmeras iniciativas de convivência com o semiárido, entre elas o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC).

Segundo entrevista com a coordenação da entidade, a CECAFES foi criada com o objetivo de assegurar um canal de comercialização para agricultores familiares com o intuito de ampliar o acesso aos produtos da agricultura familiar produzidos no estado, bem como diminuir a dependência da figura do intermediário. Promover a agricultura familiar e constituir-se em um espaço de interlocução e de formação para este segmento estava em um dos principais propósitos da Central; para isso, concorreram o protagonismo dos movimentos e a disposição dos governos nos âmbitos estadual e federal⁷.

A CECAFES possui uma área com 5.000 m² e abriga em torno de 50 barracas (com 30 em funcionamento) e 32 boxes (com 13 em funcionamento). Conta ainda com três câmaras frias, um estoque seco, uma sala para embalar produtos, dois restaurantes, oito espaços administrativos, dois auditórios e um estacionamento com 80 vagas. A

sua gestão é de responsabilidade da COOAFARN⁸ (Cooperativa Central da Agricultura Familiar), uma cooperativa eleita para representar a sociedade civil junto ao comitê gestor, coordenado pela SEDRAF (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar).

No primeiro ano de funcionamento, a seleção de quem poderia comercializar na CECAFES foi por meio de edital público. Isso trouxe uma série de problemas, porque grupos coletivos e pessoas individualmente ganharam o direito de montar seu ponto, mas muito deles sem consonância com as concepções que haviam dado origem à Central (o associativismo como valor, a construção de uma economia mais solidária, etc.). Logo essas diferenças se tornaram evidentes, inclusive para os consumidores. No relato da coordenadora da CECAFES é destacado que os questionamentos por parte dos consumidores foram fundamentais, inclusive para afastar os grupos não alinhados com a proposta da Central. Muitos deles sequer tinham produção e acabavam fazendo o papel de atravessadores, mas, amparados pela marca “familiar”, aos poucos eles mesmos foram indo embora, enquanto outros tiveram que ser retirados, já que não eram produtores.

O início das operações da CECAFES foi marcado por dificuldades de todas as ordens. Além da inadequação desses perfis, que, no cotidiano de funcionamento da Central, geravam inúmeros conflitos (entre agricultores e entre estes e a coordenação da Central), várias denúncias foram feitas ao Ministério

⁷ Em 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, foram definidos sete territórios no Rio Grande do Norte. A política de Territórios Rurais e da Cidadania surge como uma estratégia para integração e implementação de políticas públicas, que visavam combater a pobreza, reduzir desigualdades sociais e à inclusão produtiva e ao fortalecimento da agricultura familiar. Os territórios eram contemplados com o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF). A CECAFES contou com recursos do PROINF para sua construção no ano de 2007, mas só entrou em funcionamento efetivamente a partir de 27 de março de 2017.

⁸ A COOAFARN foi fundada em 2013 e conta com nove cooperativas, localizadas em oito municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e ao Ministério Público, procurando colocar em suspeição a qualidade dos produtos ali comercializados. Os questionamentos se davam, principalmente, pela ausência de certificações. Embora muitos produtos fossem orgânicos, não possuíam o selo e, portanto, não poderiam ser vendidos como tal, conforme previsto pela legislação federal. Assim, estas pressões fizeram com que muitas associações e cooperativas ligadas à CECAFES buscassem certificar sua produção por diferentes mecanismos de conformidade: sistemas participativos, como a OSC (Organização de Controle Social) e o OPAC (Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade), bem como sistemas de conformidade privados, nesse caso, o IBD (Instituto Biodinâmico).

As seguintes organizações da região semiárida potiguar compõem a CECAFES: Associação Chico Mendes; Associação dos Produtores Familiares da União; Associação de Produtores Orgânicos de Currais Novos e a Associação dos Agricultores Quilombolas de Sítio Grosso. A região conta também com cinco cooperativas⁹: COOAFES, COOPAU, COOAFARN, COOPABEV e a COOPASA, que por sua vez agrega mais nove cooperativas. Além destas, há ainda seis produtores individuais integrados à CECAFES. Isso demonstra o nível de capilaridade da organização e que ela incide sobre um grupo muito mais amplo que os quinze agricultores envolvidos diretamente nos processos de comercialização.

A Figura 1 a seguir identifica os municípios dos agricultores que fazem parte da CECAFES.

A logística para o transporte dos produtos dos diferentes pontos do estado até a Central é garantida por inúmeros arranjos, que envolvem financiamento próprio dos agricultores, parcerias entre o Estado do Rio Grande do Norte, CECAFES e os agricultores locais, como no caso da região do Alto Oeste, que tem Apodi como município polo.

4.1. Os agricultores do semiárido da CECAFES e os limites de seu protagonismo como atores de um novo sistema agroalimentar

Como se viu anteriormente, apesar do pouco tempo de funcionamento da CECAFES, as organizações ligadas a ela já tiveram que realizar uma série de mudanças envolvendo não somente a adesão a sistemas de conformidade, mas alterações em sistemas produtivos e nos arranjos de suas organizações, incorporando novos valores e novos atores, como se verá adiante. As estratégias adotadas para valorizar os produtos comercializados na CECAFES vão desde o beneficiamento do produto, onde se busca imprimir padrões estéticos com forte apelo à artesanidade, à construção de narrativas sobre o caráter familiar da produção, dos benefícios da venda face a face e a importância das certificações.

A pesquisa de campo revelou que, entre os quinze agricultores do semiárido que comercializam

⁹ Cooperativa de Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais da Economia Solidária da Região do Mato Grande - COOAFES; Cooperativa de Produtores Agropecuários de Umarizau - COOPAU; Cooperativa Agropecuária do Sertão de Angicos - COOPASA; Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Bebida Velha - COOPABEV; Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte - COOAFARN.

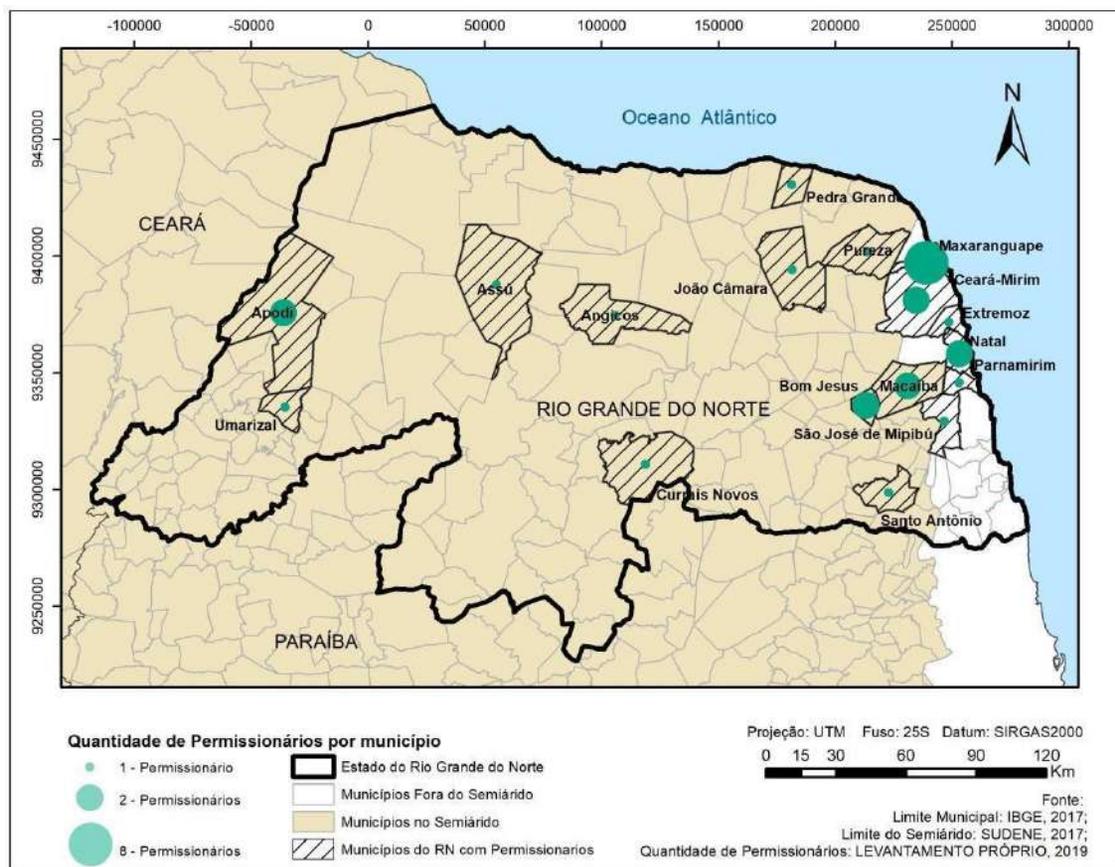


FIGURA 1 – Municípios de origem dos agricultores que integram a CECAFES.
 FONTE: Pesquisa de campo - elaboração Leticia Amaral.

na CECAFES, treze trabalham com um modelo, considerado por eles mais sustentável. Essa sustentabilidade é expressa em um sentido mais amplo, que contempla tanto práticas ecológicas quanto processos sociais mais justos (Ehlers, 1994). A partir dos dados coletados, observa-se que, entre as oito bancas que comercializam exclusivamente produtos orgânicos certificados, seis são de produtos provenientes do semiárido, resultado de grandes esforços de mobilização e investimentos por parte das orga-

nizações e de produtores que trabalham apenas com suas famílias. Nestas bancas são vendidos produtos como: banana, melão, mamão, limão, batata, macaxeira, melancia, manga, feijão-macáçar, cenoura, beterraba, alface, coentro, castanha de caju, mel e polpa de frutas. Além da produção certificada, há também uma parcela de produtos cultivados organicamente, mas que não possuem certificação, impedindo sua comercialização no espaço físico reservado aos orgânicos. Essa organização espa-

cial, que pretende criar uma “geografia distintiva” entre orgânicos certificados e os demais produtos, parece exercer pouca influência sobre a percepção do consumidor da CECAFES em sua tomada de decisão. Isso pode ser ilustrado no grande percentual de consumidores que consideram a palavra do agricultor mais importante do que as certificações. Além disso, a pesquisa também revela que a noção de qualidade está muito mais associada a atributos que evocam a origem familiar, a localidade e a artesanidade do que à existência de selos, como se verá mais adiante, no item dedicado ao público consumidor.

O processo de produção e comercialização de alimentos considerados “sustentáveis” tem sido fortemente motivado pela Central e seus parceiros: SEBRAE, SEDRAF e EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), principalmente entre os agricultores que ainda trabalham sob as formas convencionais, o que representa 50% entre os cooperados da CECAFES provenientes do semiárido. O SEBRAE, importante parceiro da Central, por meio de trabalhos de consultoria, tem estimulado a transição para um modelo mais sustentável de produção, oferecendo conhecimento técnico aos agricultores e auxiliando nos processos de certificação. Essas parcerias têm buscado valorizar o *savoir-faire* desses sistemas produtivos, tendo a localidade e a artesanidade como elementos distintivos.

Durante a pesquisa de campo nas instalações da CECAFES, podia-se avistar de longe um grande cartaz do SEBRAE que dizia: “Aqui tem produtos de terroir!” Apesar de uma apropriação bastante forçada do termo *terroir*, a propaganda continha um forte apelo à expressão “agricultura familiar”, evidenciando como em torno desse tema “mantra”

se articulam diferentes narrativas que conformam a retórica em defesa da CECAFES. Nesse exemplo, agricultura familiar era concebida como sinônimo de qualidade e a ela se vinculavam atributos com um forte apelo regional, em especial, os produtos artesanais originários do sertão.

Aliás, a oferta de produtos artesanais tem se mostrado essencial na construção de circuitos curtos de comercialização, tanto pela sua capacidade de “incorporar” valores ligados à regionalidade, à localidade, concebidos como sinônimos de qualidade, quanto pelas possibilidades de obtenção de melhores rendimentos (maior valor agregado e menos perecíveis) quando comparados às hortaliças, por exemplo. Entre as quinze bancas da CECAFES que pertencem ao semiárido, os produtos artesanais estão presentes em doze delas. Nestes produtos, observam-se também esforços para criar um padrão estético distintivo, no qual embalagens e rótulos contêm imagens e texturas que remetem à memória (por vezes afetiva) e à tradição. No semiárido, são muito comuns, por exemplo, os produtos acondicionados em embalagens contendo tecidos de estopa e chita. O SEBRAE tem contribuído na construção da imagem dos produtos, mas as principais mudanças vêm de iniciativas dos agricultores em suas conversas com os consumidores e em suas redes de colaboração com outros agricultores.

A SEDRAF também tem procurado incentivar a transição agroecológica dentro da CECAFES, por meio da coordenação administrativa intitulada “Convivência com o Semiárido e Agroecologia”. Conforme relato de representante dessa secretaria, a “*nossa política só vai incentivar que eles (os agricultores) trabalhem o agroecológico, essa é nossa intenção*”. A SEDRAF, em parceria com a EMATER, tem buscado oferecer assistência técnica

diferenciada, alinhada às necessidades de desenvolvimento de modelos mais sustentáveis, com uma forte defesa da segurança alimentar. Contudo, os relatos dos agricultores indicam que as estruturas existentes ainda são insuficientes.

Na discussão sobre um modelo alternativo de agricultura, que busque se apoiar em uma produção de alimentos sustentáveis, as questões relacionadas à saúde e ao meio ambiente têm tido grande relevância, como bem ilustra Ehlers (1994). Se isso é verdadeiro por parte do consumidor, também o é quando se trata dos produtores. Várias foram as menções dos agricultores entrevistados sobre a relevância das questões de saúde e meio ambiente na tomada de decisão de como e o que produzir. Para aqueles agricultores cujos modelos produtivos sempre se pautaram em formas mais ecológicas, as exigências dos consumidores, por intermédio dos circuitos curtos, ajudam a reforçar suas convicções e contribuem para estendê-las a outras dimensões da vida. Os que ainda se mantêm em padrões convencionais de produção são sistematicamente impelidos a mudarem seus modelos, pois, no âmbito da CECAFES e de todos os significados que sua existência mobiliza, parecem ocupar um lugar “moralmente” inferior em relação aos produtores orgânicos e/ou agroecológicos. O que e como o agricultor produz constrói sua imagem e contribui para posicioná-lo social e economicamente.

A partir do ingresso na CECAFES, alguns dos esforços empreendidos poderiam dar pistas de um modelo de desenvolvimento rural mais sustentável, ainda em curso e com muitos obstáculos. Em que

pese os esforços de certificação, a diversificação da produção, bem como o aumento da oferta de produtos, são aspectos que merecem ser destacados. Essa produção se baseia em um conjunto de práticas que envolvem tecnologias sociais e formas associativas e comunitárias diferenciadas dos mercados convencionais, que não são isentas de conflitos, mas que contribuem fortemente para a criação e a partilha de novos valores. Neste aspecto, destaca-se um grande nível de reciprocidade entre os agricultores, que trocam produtos para garantir a oferta, que assumem responsabilidades de venda na ausência do outro, que partilham sistemas de recebimento, etc. Como frisado por Si *et al.* (2017), não há a construção de um circuito curto de comercialização sem que haja por trás disso o fortalecimento das relações sociais, pautadas em ações horizontais e de reciprocidade

O ingresso na CECAFES também ampliou o acesso a outros mercados, bem como contribuiu para consolidar os canais já existentes, revelando, portanto, que não se trata de uma iniciativa apenas pontual ou reativa, mas com capacidade de manutenção a longo prazo. Ao organizar, planejar e adotar melhorias nos sistemas produtivos para garantir a oferta para a CECAFES, os agricultores puderam atender também demandas advindas de restaurantes, hotéis e pousadas, lojas especializadas em produtos orgânicos, feiras em salões e eventos, supermercados, mercadinhos e mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), eliminando a figura do atravessador, conforme revelam dados da pesquisa de campo¹⁰.

¹⁰ Além dos mercados institucionais, a CECAFES mantém quatro feiras no município de Natal, sendo elas: feira do Tribunal de Justiça, feira no Centro Administrativo, a feira no bairro Cidade Jardim e a feira do Condomínio Parque da Cidade. Existe uma rotatividade entre os agricultores que participam delas e, por razões logísticas, apenas os agricultores oriundos da região metropolitana de Natal participam das feiras. Na fala da

Os dados atribuem relevância especial ao mercado institucional para os agricultores do semiárido. A Central, por meio da COOAFARN, tem concorrido aos editais dos programas institucionais. Como a sede da COOAFARN não está no município de Natal, ela perde vários editais, pois esses priorizam cooperativas e associações locais. Apesar disso, ela participou dos editais de compra pública das Forças Armadas, via PAA, e conquistou esse mercado. Além do PAA, a central comercializa pelo PNAE.

No ano de 2018, o mercado institucional representou para a Central o total de R\$ 1.083.030,82. Desse valor, cerca de 55% (R\$ 598.119,06) foi obtido via Programa de Aquisição de Alimentos. Por outro lado, o Programa Nacional de Alimentação Escolar representou 45% do valor total consumido pelo mercado institucional (R\$ 484.911,76). No ano de 2019, nos dados referentes apenas até o mês de maio, o PAA correspondeu a 76% do valor total (R\$ 323.494,29), enquanto que o PNAE foi responsável por 24% (R\$ 100.758,02). Os principais produtos comercializados dentro dessas duas políticas são hortaliças, frutas, polpa de fruta e bebida láctea.

É notório que, por meio da CECAFES, se organiza um conjunto importante de circuitos curtos. Sobre isso, Darolt (2013) ilustra que os CCCs, além de garantirem uma maior margem de lucro para os produtores, contribuem para ampliar o nível de autonomia e independência financeira. Isso acontece porque, na maior parte dos casos, o recebimento do dinheiro acontece no curto prazo, além de ser possível formar uma cadeia de consumi-

dores fiéis. De um modo geral, observa-se que esses agricultores apresentam uma percepção positiva sobre o desempenho da central na sua reprodução, sobretudo no que se refere ao estímulo e ao desenvolvimento de padrões mais sustentáveis.

Mas os desafios também não são poucos. Entre os mais citados estão: assistência técnica insuficiente, dificuldade em acessar o crédito e a incompreensão por parte do consumidor sobre a sazonalidade dos produtos. O quadro de técnicos disponibilizado pelo estado não tem dado conta de acompanhar, de modo sistemático, nem mesmo o grupo de agricultores da CECAFES. Portanto, tais dificuldades continuam sendo sanadas pela troca de experiências entre os agricultores e sua participação em diferentes redes de colaboração, como associações, sindicatos, universidades, entre outros. Já os problemas relativos à sazonalidade dependem da mudança de comportamento dos consumidores, que vem lentamente sendo construída. As políticas de crédito seguem sendo muito discricionárias para esse público, revelando também as dificuldades do Estado em fornecer um sistema de crédito mais acessível.

Em linhas gerais os aspectos descritos aqui procuraram dar conta da morfologia dos circuitos curtos estabelecida pela CECAFES, do ponto de vista do produtor e da sua capacidade de apontar para formas mais sustentáveis de produção. A reflexão que segue se concentra no papel dos consumidores nesse processo.

gestora comercial da CECAFES, fica evidente a necessidade dessas feiras para assegurar ao agricultor condições de permanecer na Central, “*se não fosse essas feirinhas muitos agricultores que estão aqui hoje, não estavam conseguindo vir; porque tem dias que são fracos [de venda]. O dia melhor daqui é sexta e sábado*”. As despesas com a organização das feiras são totalmente custeadas pela Central, pois há um entendimento de que o fortalecimento do agricultor beneficia a Central.

4.2. Os consumidores da CECAFES na construção de um modelo sustentável de agricultura¹¹: os limites de um consumo engajado e reflexivo

A literatura que trata das Redes Alimentares Alternativas (RAAs) tem buscado ressaltar a relevância do papel dos consumidores na sustentação de um novo sistema agroalimentar. Os sucessivos escândalos alimentares ocorridos nas cadeias longas de comercialização evidenciaram as fragilidades de seus sistemas de regulação em garantir aos consumidores a qualidade dos produtos (Renting *et al.*, 2017), como já se destacou anteriormente. Este cenário gerou uma imagem negativa sobre a qualidade da produção em massa, cujos produtos vêm sendo associados à ideia de “sem origem e sem identidade” (Goodman, 2017). Estes questionamentos têm motivado consumidores a buscar os circuitos curtos de comercialização, na expectativa de que a proximidade lhes permita resgatar algum controle sobre este processo. As mudanças na performance dos consumidores têm sido vistas como uma “virada” de qualidade ou como uma “fuga para a qualidade”, como sugere Goodman (2017). Neste contexto, procedência, proximidade, localidade e artesanidade constituem elementos distintivos, sinônimos de qualidade, abrindo ou ampliando espaços para a emergência e/ou a consolidação dos circuitos curtos de comercialização. Nesses canais, os consumidores podem assumir um papel ativo na construção das referências de qualidade, uma qualidade socialmente

definida (Perez-Cassarino & Ferreira, 2013; Rozeno, 2017), por intermédio da partilha de valores com os produtores, resultando no que Goodman (2017) chama de consumidor reflexivo.

Os consumidores da CECAFES são mulheres, representando 65% do grupo entrevistado, e 78% tem idade superior a quarenta e um anos. O nível de escolaridade entre as consumidoras é bastante alto, 55% possui ensino superior e 18% pós-graduação. No total, 73% indicou ter ensino superior ou pós-graduação. Em relação à raça, 61% dos consumidores declarou ser branco. Por fim, 50% dos entrevistados apresentam uma renda¹² entre 6 e 12 salários mínimos. Estes dados apontam para um perfil comum entre os consumidores dos CCCs, indicado em vários estudos: grupos de renda alta, elevado nível de escolaridade e constituídos por pessoas brancas, como já alertado por Goodman (2017). Assim, evidencia-se que o consumo de alimentos orgânicos, regionais e alternativos ainda está fortemente associado à dimensão de classes sociais, de modo que muitos consumidores são excluídos desses processos. Outro aspecto importante é que mesmo os outros canais criados pela CECAFES, como as feiras, também se situam nas áreas nobres da capital potiguar e, em alguns casos, em condomínios fechados de alto padrão.

A pesquisa empírica revelou que a preocupação com a saúde foi a principal motivação do consumidor na escolha da CECAFES, seguida da proximidade da Central em relação à casa/trabalho do consumidor e do preço dos produtos. Em relação ao último item, é necessário refletir até que ponto

¹¹ Consiste em um modelo alternativo de produção de alimentos, cujos processos são localizados e especializados, e as trocas são baseadas em características ambientais, sociais e de saúde (Murdoch & Miele, 1999).

¹² Para essa questão, quinze por cento dos entrevistados optaram por não declarar a sua renda mensal.

ele pode indicar tendência de pouca fidelidade dos clientes à Central, pois oscilações nos preços podem levar os consumidores a buscar outros canais.

Outro resultado interessante quanto ao comportamento do consumidor da CECAFES é que entre as motivações para sua compra a manutenção da agricultura familiar e mesmo de modelos de produção mais sustentáveis aparecem com menos ênfase. Em trabalho realizado por Betti *et al.* (2013), os resultados obtidos foram semelhantes. Aspectos que tentam avaliar o nível de disposição dos consumidores em apoiar a sustentabilidade e a agricultura familiar apresentaram-se como critérios

secundários, ao longo das entrevistas. As motivações recaem fundamentalmente sobre preocupações ligadas à sua saúde e à de sua família, conforme evidencia a Figura 2 abaixo.

No que se refere ao grau de confiança dos consumidores em relação aos produtos da CECAFES, 82% dos entrevistados afirmaram que os produtos comercializados na Central são mais seguros que os dos supermercados. Além disso, 75% afirmam confiar mais no produtor do que nos selos de certificação.

Alguns trabalhos que discutem o papel do consumo nos circuitos curtos de comercialização

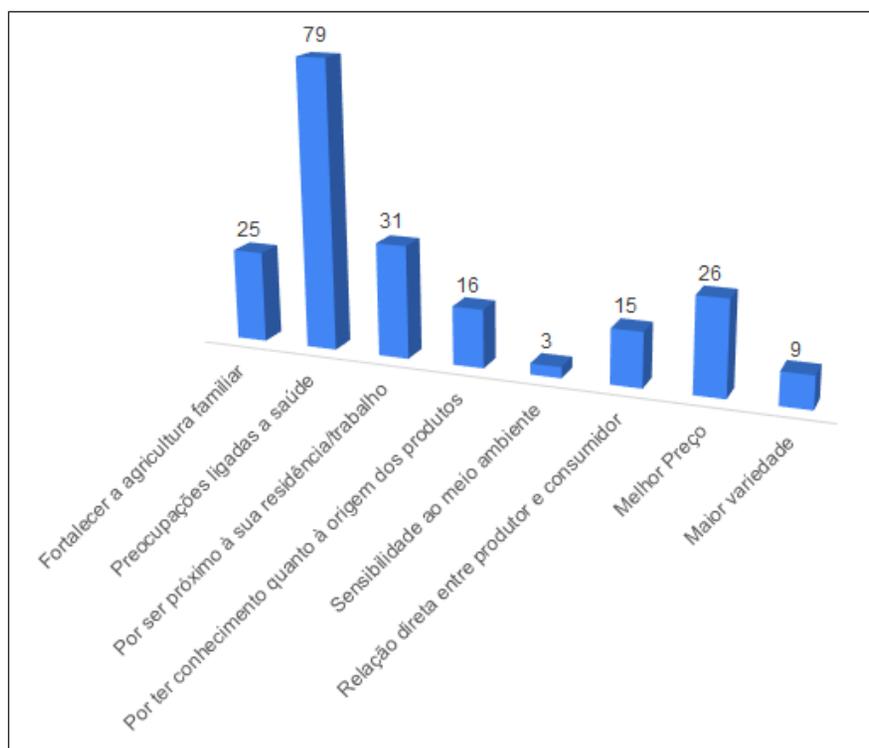


FIGURA 2 – Motivações que levam o consumidor a comprar na CECAFES.

FONTE: Pesquisa de campo – elaboração Leticia Amaral.

(Perez-Cassarino & Ferreira, 2013; Rozendo *et al.*, 2013; Maia *et al.*, 2019) apontam situações semelhantes em outros contextos. No caso do consumidor da CECAFES, apesar de não ser sua principal motivação, ele está consciente quanto ao seu papel em contribuir para que a produção de alimentos vá por um caminho mais sustentável. Dos cem entrevistados, setenta e três acreditam que podem interferir em formas de produção mais sustentável.

5. Considerações finais

Os circuitos curtos constituem uma forma de resistência dos agricultores familiares frente aos impérios alimentares (Ploeg, 2008) e suas excludentes cadeias longas de comercialização. A existência desses canais aponta para uma reinvenção, ainda em curso, do sistema agroalimentar, que se esforça por (re)conectar consumidores e produtores. Os circuitos formados a partir da CECAFES resultam de formas híbridas de canais de comercialização: feiras, restaurantes, mercados institucionais, etc., com diferentes níveis de conexão entre produtores e consumidores.

Verificou-se que a formação desses circuitos resultou da sinergia de uma série de experiências pontuais com as políticas públicas implementadas a partir do ano 2000, o que reforça as proposições de diversos autores aqui mobilizados sobre o papel do Estado na manutenção desses canais, mas também a importância dos enraizamentos (Nunes & Schneider, 2013) anteriores, colocando o “local” como um lugar de potência capaz de transcender o desenvolvimento endógeno. A capacidade de coordenação entre os diferentes atores da cadeia também é revelada, tanto em seus esforços na

construção de novos mercados como na formação de sistemas próprios de certificação, bem como na constituição de uma rede de pequenas indústrias de beneficiamento. O empenho dos produtores ligados à CECAFES, provenientes das regiões semiáridas, em organizar a produção a partir de modelos produtivos mais sustentáveis pode apontar cenários mais positivos de acesso à alimentação saudável, tanto dos produtores quanto dos consumidores, em um contexto de constantes ameaças (mudanças climáticas, contaminação de alimentos, etc.).

As análises revelam que as relações de proximidade têm um papel importante nesse processo de construção dos circuitos, ainda que, no caso estudado, ele esteja longe de representar um grau de reflexividade capaz de construir, em bases sólidas, um novo sistema agroalimentar, conforme prevê parte da literatura. A atual crise sanitária, consequente do COVID-19, por exemplo, tem revelado um maior nível de comprometimento dos consumidores que, mesmo sem ir ao local, têm adquirido seus pedidos pelo aplicativo Whatsapp. O cenário de pandemia reposiciona o papel da agricultura familiar no sistema agroalimentar e pode contribuir, num contexto pós-pandêmico, para reafirmar compromissos em torno de uma agenda ambiental e social mais justa e equitativa, conforme depoimento da coordenadora da CECAFES.

O exame dos diversos aspectos apontados nesta pesquisa dá conta de que, apesar da importância desses circuitos, a emergência de um sistema agroalimentar alternativo, fundamentado em novas formas de racionalidade socioeconômica e ambiental, pode ser comparada a brotos ou sementes de uma transição desejada (Ploeg, 2008), mas que ainda terá um longo caminho a percorrer.

Agradecimentos

Esse artigo é o resultado do diálogo entre duas pesquisas: a dissertação de mestrado de Leticia Amaral, com o título: *Circuitos Curtos de Comercialização no contexto do sistema agroalimentar alternativo: um estudo a partir da experiência da Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Rio Grande do Norte (CEFACES)*, defendida no Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em setembro 2020; e do projeto: “Agricultura familiar

e mercados: limites e possibilidades dos circuitos curtos enquanto construção de alternativas no meio rural e estratégias de desenvolvimento local”, coordenado por Cimone Rozendo. Os autores agradecem à Capes pela concessão das bolsas de Mestrado e Pós-Doutorado Sênior concedidas a Leticia Amaral e Cimone Rozendo, respectivamente. Agradecem também ao CNPq pela concessão de Bolsas PIBIC aos discentes Keillany Martinho e Semilson Marinho e de Extensão a Francisco das Chagas Neto, cujo apoio permitiu a realização do trabalho de campo.

Referências

- Amaral, L. S. *Circuitos Curtos de Comercialização no contexto do sistema agroalimentar alternativo: um estudo a partir da experiência da Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Rio Grande do Norte (CEFACES)*. Natal, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.
- Andrade, A. J. P.; Silva, N. M.; Souza, C. R. As percepções sobre as variações e mudanças climáticas e as estratégias de adaptação dos agricultores familiares do Seridó potiguar. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 31, 77-96, 2014. doi: 10.5380/dma.v31i0.32955
- Andrade, M. C. *A problemática da seca*. Recife: Liber Gráfica e Editora, 1999.
- Bastian, L.; Waquil, P. D. Uma análise dos sinais da convencionalização dos mercados de orgânicos no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 53, 189-211, jan./jun. 2020. doi: 10.5380/dma.v53i0.66755
- Betti, P.; Feniman, E.; Schneider, T.; Niederle, P. A. O consumo politizado como resposta à crise socioambiental: as justificativas sociais da compra de produtos orgânicos em feiras-livres de Curitiba. In: Niederle, P. A.; Almeida, L.; Vezzani, F. M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 267-294.
- Buriti, C. O.; Barbosa, H. A. *Um século de secas: por que as políticas hídricas não transformaram o semiárido brasileiro?* Lisboa/Portugal: Editora Chiado, 2018.
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. *Agroecologia e Extensão Rural*. Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. EMATER (RS), 2004.
- CEPAL/FAO/IICA. Fomento de circuitos cortos como alternativa para la promoción de la agricultura familiar. *Boletín CEPAL/FAO/IICA*, 2, 2014. 13 p.
- Chaffotte, L. ; Chiffolleau, Y. Vente directe et circuits courts : évaluations, définitions et typologie. *Cahiers de l'Observatoire CROC*, Montpellier, n. 1-2, fev.-mar. 2007. 8 p.
- Chiffolleau, Y.; Prevost, B. Les circuits courts, des innovations sociales pour une alimentation durable dans les territoires. *Noréis*, 224, 7-20, 2012.

- Darolt, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: Niederle, P. A.; Almeida L.; Vezzani, F. M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.
- Datsenko, N. M.; Alves, J. M. B.; Repelli, C. A. Pluviometric variations in the Brazilian northeast: Comparisons to global climatic changes using the Wavelet analysis. In: *Anais del VII Congreso Argentino de Meteorología y VII Congreso Latinoamericano e Ibérico de Meteorología*. Buenos Aires, 2 a 6 de Septiembre de 1996, Centro Argentino de Meteorólogos. p. 155-156.
- Delfosse, C. Marchés et développement local. In: Traversac, J. *Circuits Courts: contribution au développement régional*. Paris: Educagri, 2011.
- Diniz, P.; Fernandes, C.; Rozendo, C. Política para o futuro? A trajetória dos Programas de Cisternas em um contexto de desmonte das políticas públicas no Brasil. In: *Anais do 43º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) - ST 32*. Caxambu, 2019. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st32-4>
- Ehlers, E. *O que se entende por agricultura sustentável?* 161 f. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 1994.
- FAO. *Campanha Alimentação*. 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/portugal/noticias/detail/pt/c/1146384/>>. Acesso em: 10 maio 2020.
- Ferrari, D. *Cadeias Agroalimentares Curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina*. Porto Alegre, Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- Goodman, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: Schneider, S.; Gazolla, M. (Org.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017. p. 259-280.
- Grisa, C.; Schneider, S.; Rozendo, C.; Bastos, F. Ambiente institucional, governança e performance do PAA: uma análise nos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social*. Brasília: MDS, 2017.
- Lamine, C. Changer de système: une analyse des transitions vers l'agriculture biologique à l'échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux. *Terrains et Travaux*, 20, 139-156, 2012.
- Maia Gomes, G. *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semiárido e Cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA, 2001.
- Maia, A. G.; Cesano, D.; Miyamoto, B. C. B.; Eusebio, G. S.; Silva, P. A. O. Climate change and farm-level adaptation: the Brazilian Sertão. *International Journal of Climate Change Strategies and Management*, 10(5), 729-751, 2018.
- Maia, Z.; Rozendo, C.; Fernandes, C. Os circuitos curtos no âmbito dos mercados aninhados: a experiência dos consumidores na feira agroecológica de Mossoró-RN. In: *Anais do IX ANPPAS*, Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.mediafire.com/file/dq7d85sfau8hj/anaisIXenanppas.pdf/file>>. Acesso em: 15 maio 2020.
- MAMAOT – Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. *Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local*. Relatório Final do Grupo de Trabalho GEVPAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. Lisboa, 2013.
- Matte, A.; Neske, M.; Borba, M.; Waquil, P.; Schneider, S. A realocização e o mercado de cadeias curtas na pecuária familiar do território Alto Camaquã no sul do Rio Grande do Sul. In: *Anais do Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2014/05/201405237eeg-mesa10-relocalizacaoemercadocadeiascurtaspecuaria.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- Morgan, K.; Sonnino, R. *The School Food Revolution: Public Food and the Challenge of Sustainable Development*. Londres: Earthscan, 2008.
- Murdoch, J.; Miele, M. “Back to nature”: changing “worlds of production” in the food sector. *Sociologia Ruralis*, 39(4), 1999.

- Nunes, M.; Schneider, S. Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, 44(3), 601-626, jul-set. 2013.
- Nys, E.; Engle, N. L.; Magalhães, A. R. *Secas no Brasil: política e gestão proativas*. Brasília: CGEE/Banco Mundial, 2016.
- Penha, T.; Miyamoto, C.; Maia, G. *O impacto das secas na agricultura do Nordeste: evidências a partir do Rio Grande do Norte*. Trabalho apresentado no 57º Congresso da Sober, 2019.
- Perez-Cassarino, J.; Ferreira, D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. In: Niederle, P. A.; Almeida, L.; Vezzani, F. M. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.
- Piraux, M.; Cuenin, P. H. C. M. Evolução das conexões entre produção e consumo e seus impactos sobre as dinâmicas de um território: o caso de Mocajuba na Amazônia oriental – PA. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, 24(3), 101-117, set-dez. 2019.
- Ploeg, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- Renting, H.; Marsden, T.; Banks, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: Gazolla, M.; Schneider, S. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017. p. 27-51.
- Rozendo, C. Limites e possibilidades dos circuitos curtos enquanto estratégia de desenvolvimento: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos em APODI-RN. In: *Anais do Encontro Anual da ANPOCS*, 2017.
- Rozendo, C. Os (des)caminhos do Programa de Aquisição de Alimentos na região semiárida: novas governanças, antigas armadilhas. In: Perez-Cassarino, J.; Triches, R. (Org.). *Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais*. V. 1, 1. ed. Chapecó: Editora UFFS, 2018. p. 203-234.
- Rozendo, C.; Bastos, F.; Molina, W. L. Desafios institucionais para inclusão da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista Cronos/UFRN*, Natal (RN), 2, 2013.
- Shapiro, C. Premiums for high quality products as returns to reputation. *The Quarterly Journal of Economics*, 98, 659-680, 1983.
- Si, Z.; Schumilas, T.; Scott, S. Um retrato das Redes Agroalimentares Alternativas na China. In: Schneider, S.; Gazolla, M. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre, Brasil: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2017. p. 351-380.
- Silva, R. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. 298 f., il. Brasília, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2006.
- Sivakumar, M.; Das, H. P.; Brunini, O. Impacts of present and future climate variability and change on agriculture and forestry in the arid and semi-arid tropics. *Climatic Change*, Dordrecht: Springer, 70, 31-72, 2005. doi: 10.1007/s10584-005-5937-9
- Vendruscolo, R.; Matte, A.; Ventura, F.; Tourrand, J.; Waquil, P. Entre a reconexão e a revalorização: a constituição de convenções em mercados da agricultura familiar no Brasil, na Itália e na França. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 26(3), 495-516, 2018.
- Viegas, M.; Rover O. J.; Medeiros M. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 42, 370-384, dez. 2017. doi: 10.5380/dma.v42i0.50759
- Wilkinson, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.